

Gudin, a respeito da área siderúrgica estatal: “Uma vez reduzido o capital da Companhia Siderúrgica Nacional a cifras compatíveis com sua produtividade, deveríamos tratar de vender ao público as ações de propriedade do Governo, permitindo ao capital estrangeiro uma participação de 30 ou 40%”.¹⁸⁶ Para Gudín, a estatização econômica era “um dispautério”.¹⁸⁷ Para os seus companheiros de idéias, de negócios e de função pública e política, também era criminosa e errônea a intervenção estatal na economia, a existência de uma área estatal na produção. Atacavam o “furor estatizante”, o “nacionalismo estatizante”, a “mania socializante e estatizante”. Roberto de Oliveira Campos pedia “freios para o Leviatã, o Estado todo-poderoso”. Para Glycon de Paiva, a intervenção estatal na economia “facilitaria consumir-se, sem efusão de sangue, a ‘noite tcheco-eslovaca’, ao fim da qual um país que adormece capitalista acorda socialista”.¹⁸⁸

Com a conquista do poder, em 1964, entretanto, depois da fase inicial, em que os teóricos do novo regime defenderam a tese de venda das empresas estatais, de deixar tudo entregue à “iniciativa privada”, à dita “livre iniciativa”, a área estatal da economia brasileira cresceu, a intervenção estatal se ampliou extraordinariamente.¹⁸⁹ Essa intervenção atingiu limites tais, que começou a provocar protestos.¹⁹⁰ O Estado, que detinha, em 1963, 78% das dez maiores empresas do país, passava, em 1969, a deter 80,6%. “O mesmo estudo, feito dor setores — assinalava um economista — revela que o Governo responsabiliza-se, segundo o plano estratégico, por nada menos de 68,4% dos investimentos

¹⁸⁶ Eugénio Gudín: *Rumos de Política Econômica*, Rio, 1940, p. 56.

¹⁸⁷ Eugénio Gudín: “A iniciativa privada”, in *Jornal do Comércio*, Rio, 16 de julho de 1961. Gudín nem sequer colocava a discussão em termos econômicos, mas políticos e polêmicos: “O que realmente querem os nossos partidários de uma economia planificada pelo Estado é uma economia dirigida e comandada por eles. Vejam-se as figuras representativas dessa corrente de opinião entre nós; são o ranço da ditadura, do integralismo e do comunismo, tudo sob a capa do ‘nacionalismo’, para esconder sua verdadeira ambição, que é a de ‘mandar um pedaço’, ao sabor de suas preferências, de sua política, de seus amigos, de sua família”. (Idem).

¹⁸⁸ Helga Hoffmann: *op. cit.*, p. 109/111.

¹⁸⁹ “O Estado fortaleceu-se brutalmente, como poder econômico: suas empresas se multiplicam e florescem à sombra das garantias e das facilidades oficiais. A empresa (ou o capital) estrangeira, que só precisava de regras definidas para entrar firme no jogo, está aí, como diria o Nélson Rodrigues, com uma saúde de vaca premiada. As faixas mais dinâmicas da economia brasileira ou estão sendo ocupadas pelo Estado ou por empresas estrangeiras, ou pelos dois associados, como no caso da petroquímica ou da exportação de minérios”. (Oliveira Bastos: “Grande expediente”, in *Tribuna da Imprensa*, Rio, 20 de abril de 1970).

¹⁹⁰ “Não sei se deliberadamente ou se apenas um fenômeno passageiro desta fase de crescimento do mercado, mas o fato objetivo é que a estatização do crédito é comprovada por números”. (“Rique aponta os perigos da concentração bancária”, in *Jornal do Brasil*, Rio, 6 de maio de 1970). “O Governo brasileiro, na teoria, optou pela economia de mercado mas, na prática, o País está caminhando para uma hipertrofia do setor público. (...) Essa evolução de fato, no sentido da estatização da economia, em contradição com a política professada de estímulo à iniciativa privada, traz consigo uma incerteza, quanto aos limites de atuação daquela”. (Moreira Sales: fim à estatização”, in *Correio da Manhã*, Rio, 15 de abril de 1970).